

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

CARLA GEANE VILAR DE ANDRADE

O BRINCAR COMO DIREITO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

JOÃO PESSOA - PB

2025

CARLA GEANE VILAR DE ANDRADE

O BRINCAR COMO DIREITO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia - Presencial, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, campus I, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Luisa Nogueira de Amorim.

JOÃO PESSOA - PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A533b Andrade, Carla Geane Vilar de.

O brincar como direito da criança na educação infantil / Carla Geane Vilar de Andrade. - João Pessoa, 2025.

46f.

Orientação: Ana Luisa Nogueira de Amorim.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação infantil. 2. Práticas pedagógicas. 3. Brincar. I. Amorim, Ana Luisa Nogueira de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 373.2(043.2)

CARLA GEANE VILAR DE ANDRADE

O BRINCAR COMO DIREITO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia - Presencial, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, campus I, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 05/ 05/ 2025.

Documento assinado digitalmente
 ANA LUISA NOGUEIRA DE AMORIM
Data: 19/05/2025 10:16:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Ana Luisa Nogueira de Amorim
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 VERIDIANA XAVIER DANTAS
Data: 19/05/2025 10:27:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Veridiana Xavier Dantas
(Examinadora)

Documento assinado digitalmente
 VIVIA DE MELO SILVA
Data: 19/05/2025 12:22:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Vivia de Melo Silva
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um sonho idealizado desde a infância que foi se aprimorando cada vez mais e que apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do caminho que foram muitas, principalmente o fato de estar longe da família que é a minha base, mas também o motivo de buscar ser cada vez melhor.

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo seu infinito amor, bondade, cuidado e misericórdia que me fez forte e corajosa durante todo o percurso.

A minha família, em especial aos meus pais, irmãos e avó, que sempre se fizeram presentes, sem medir esforços, ajudando durante este processo e torcendo para o meu sucesso. Sendo sempre o principal motivo para buscar realizar os meus sonhos, sem desistir, pois, tudo que faço e almejo não é só para mim, mas principalmente para eles.

Aos meus amigos(a) da graduação, Matheus que sempre me incentivou, acreditou e torceu por mim, se fazendo presente em todos os momentos, sendo um dos maiores presentes que a graduação me proporcionou! Seguido de M^a Eduarda Matias, M^a Eduarda Oliveira, M^a Luiza e Roberta que também se mantiveram bastante presentes, aliviando e tornando o processo mais leve, amizades que levarei para a vida e serei eternamente grata por tudo. A meus amigos desde criança, em especial Jayanne, que esteve e está comigo em todos os momentos e fases da minha vida e que sonhou e lutou comigo para chegar a esse sonho juntas. A minha amiga Ninha que sempre cuidou e torceu por mim desde criança, como também Dayane e Jaqueline que sempre vibraram pelas minhas conquistas! E ao meu companheiro Denilson, por sempre acreditar em mim.

Aos professores e toda comunidade acadêmica por sempre incentivar a buscar o meu sonho de me tornar uma profissional.

A minha orientadora, Dra. Ana Luisa Nogueira de Amorim que contribuiu de maneira significativa para minha formação, com suas orientações, conselhos e palavras de incentivo diante das dificuldades e inseguranças durante o percurso, sem dúvidas, será sempre o meu maior exemplo de profissional, serei eternamente grata!

Aos professores examinadores por aceitar participar da minha banca e pelas suas contribuições.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar o brincar como um direito da criança na Educação Infantil a partir da legislação em vigor e das práticas pedagógicas das professoras. A Educação Infantil primeira etapa da educação básica é fundamental para a vida da criança, visto que as experiências vivenciadas durante esta etapa educacional são capazes de possibilitar espaços nos quais as crianças possam interagir, brincar, aprender, socializar e, conseqüentemente, estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e físicas. As leis e documentos vigentes asseguram uma educação de qualidade para todos e, no caso do público-alvo da Educação Infantil, são enfatizados elementos essenciais que devem ser garantidos como direitos em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, dentre estes o brincar é apontado como indispensável. Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. Para a coleta de dados realizamos observação em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município de João Pessoa/PB, como também foi aplicado um questionário estruturado presencialmente com professores(as) atuantes na Educação Infantil em turmas do berçário até o maternal II. Participaram da pesquisa 13 (treze) docentes do CMEI. Como resultados a pesquisa apontou que apesar do brincar ser um direito garantido por lei, ainda há desafios para que este direito seja efetivado na prática da Educação Infantil e para que as políticas públicas sejam cumpridas. Como considerações finais aponta-se que os objetivos foram atingidos, foi possível verificar que as docentes têm conhecimento sobre a legislação brasileira e sobre o direito ao brincar, mas que ocorre limitações para que esse direito seja concretizado com qualidade na prática cotidiana, dentre estas limitações cita-se: ausência de estrutura adequada e segura para os momentos das brincadeiras e acesso limitado aos brinquedos para as crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Brincar; Direito; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze play as a right of the child in Early Childhood Education based on current legislation and the pedagogical practices of teachers. Early Childhood Education, the first stage of basic education, is fundamental for the life of the child, since the experiences lived during this educational stage are capable of enabling spaces in which children can interact, play, learn, socialize and, consequently, stimulate the development of cognitive, emotional and physical skills. The current laws and documents ensure quality education for all and, in the case of the target audience of Early Childhood Education, essential elements that must be guaranteed as rights in their learning and development process are emphasized; among these, play is pointed out as indispensable. Methodologically, this work is characterized as a field research, with a qualitative approach of exploratory nature. For data collection, we conducted observations in a Municipal Center for Early Childhood Education (CMEI) in the city of João Pessoa/PB, as well as applied a structured questionnaire in person with teachers working in Early Childhood Education in classrooms ranging from nursery to preschool II. Thirteen (13) teachers from the CMEI participated in the research. As results, the research pointed out that although play is a right guaranteed by law, there are still challenges for this right to be enforced in the practice of Early Childhood Education and for public policies to be fulfilled. As final considerations, it is pointed out that the objectives were achieved; it was possible to verify that the teachers have knowledge about Brazilian legislation and about the right to play, but that there are limitations for this right to be effectively implemented with quality in daily practice, among these limitations are mentioned: lack of adequate and safe structure for playtime and limited access to toys for children.

Keywords: Early Childhood Education; Play; Right; Pedagogical practices.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Caminhos metodológicos da pesquisa.....	9
2 O BRINCAR E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	12
2.1 Desenvolvimento infantil na perspectiva de Vygotsky.....	12
2.2 A influência do brincar no desenvolvimento da criança.....	14
2.3 Criança e o direito ao brincar.....	16
3 O PAPEL DO/A PROFESSOR/A NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O BRINCAR.....	20
3.1 O educador/a como mediador/a das práticas pedagógicas.....	20
3.2 A relevância do brincar no planejamento das práticas pedagógicas.....	23
4. O BRINCAR NO CMEI: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	26
4.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	26
4.2 Análise e discussão das respostas obtidas no questionário de pesquisa.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICES.....	40
APÊNDICE 1.....	41
APÊNDICE 2.....	42
ANEXOS.....	45
ANEXO 1	46

1 INTRODUÇÃO

O brincar, a partir de uma perspectiva sociocultural, define-se como uma forma que as crianças têm para interpretar e assimilar o mundo, os objetos, a cultura, as relações e afetos entre as pessoas. Nessa perspectiva, o brincar é uma forma de atividade social infantil, na qual o aspecto imaginativo e diverso do cotidiano fornece uma oportunidade educativa única para as crianças, pois, ao brincar elas desenvolvem sua imaginação, constroem relações reais entre si, elaboram regras de organização e convivência e, conseqüentemente, constroem a consciência da realidade (Wajskop, 2005).

Segundo Vygotsky (2008) a brincadeira é um momento principal no desenvolvimento da criança, para ele a influência desta, no desenvolvimento infantil é enorme, uma vez que a brincadeira com situação imaginária, por exemplo, é algo essencialmente novo para a criança de até três anos e configura-se como um novo tipo de comportamento, cuja essência encontra-se no fato de que a atividade, na situação imaginária, liberta a criança das amarras situacionais. Partindo desse pressuposto, entende-se a importância do brincar como uma experiência humana necessária para o desenvolvimento infantil, tendo em vista que contribui para a exploração de situações diversas, ausente de condições fixas.

A criança é um sujeito de direitos (Brasil, 1990), este reconhecimento legal articula-se com questões amplas sobre os direitos das crianças, perpassando as várias categorias da vida em prol de que sejam respeitadas em suas múltiplas dimensões e especificidades e, sobretudo, que os seus direitos sejam efetivados na prática. Dentre esses direitos, o brincar é assegurado como fator indispensável, por isso, é fundamental que no contexto educacional este direito seja garantido e efetivado, tendo em vista sua importância. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, delibera acerca do direito à liberdade, respeito e dignidade, e assegura no artigo 16 que “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: (...) IV- brincar, praticar esportes e divertir-se” (Brasil, 1990).

Dessa forma, pontua-se que o brincar está atrelado à dimensão da liberdade, configurando-se como um direito indispensável que deve se fazer presente no cotidiano das crianças. Partindo desse viés, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a partir da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, reúne princípios e fundamentos para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares. No que concerne ao currículo da Educação Infantil, as DCNEI apontam que é um currículo concebido como um conjunto de

práticas que visam articular as experiências e os saberes das crianças, promovendo o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Brasil, 2009).

Afirma ainda que as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar a criança, como centro do planejamento curricular, sujeito histórico e de direitos que constrói sua identidade pessoal e social, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, à medida que brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa e questiona (Brasil, 2009). Nessa perspectiva, às práticas pedagógicas devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que possam desenvolver as crianças em sua totalidade.

Ademais, a Base Nacional Comum Curricular (2018), documento nacional que orienta a educação pública do Brasil, aponta seis direitos de aprendizagem a serem assegurados às crianças, os quais são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (Brasil, 2018). Frisa ainda a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, que consiste na organização e proposição, por parte do/a educador/a, de experiências que permitam às crianças conhecer-se, compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que são traduzidas nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nos experimentos com diversos materiais e no encontro com as pessoas (Brasil, 2018).

Logo, à medida que as práticas educativas asseguram e fortalecem a brincadeira na rotina delas, colaboram com o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, garante o seu direito de brincar na Educação Infantil, etapa inicial da educação básica, que segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996). Portanto, é necessário nesta fase compromisso e responsabilidade com o desenvolvimento da criança em sua totalidade.

Partindo deste viés, considerando o brincar como um direito de aprendizagem e entendendo a criança como sujeito de direito e a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, sendo primordial para a vida da criança, uma vez que a experiência durante esta etapa educacional pode proporcionar um espaço no qual as crianças interagem, compartilham, aprendem, brincam, socializam com outros indivíduos e, conseqüentemente, se desenvolvem a partir das vivências cotidianas. Considerando ainda o brincar como fator essencial no convívio das crianças, além de ser um direito garantido legalmente, surgiu o seguinte problema de pesquisa: como o direito ao brincar é garantido nas práticas pedagógicas na Educação Infantil?

Dessa maneira, essa pesquisa compreende o brincar como direito a ser garantido na Educação Infantil, ressaltando sua importância no cotidiano das práticas pedagógicas, tendo em vista o desenvolvimento das crianças na sua totalidade. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo geral analisar o brincar como um direito da criança na Educação Infantil a partir da legislação em vigor e das práticas pedagógicas das professoras, desmembrando-se em três objetivos específicos, sendo estes: compreender o brincar como direito assegurado pela legislação brasileira; identificar os conhecimentos das professoras sobre o brincar e como é abordado em sua prática pedagógica; verificar como ocorre o brincar nas práticas pedagógicas, a partir de observações feitas no cotidiano das vivências na Educação Infantil.

A motivação para pesquisar sobre o direito do brincar na Educação Infantil surgiu no quinto período da graduação do curso de Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, ao realizar o componente curricular Estágio Supervisionado II - Magistério da Educação Infantil, bem como ao cursar a disciplina de Organização e Prática da Educação Infantil, na qual foi possível estudar sobre algumas das leis que asseguram o direito do brincar às crianças. A partir das observações feitas em relação ao brincar no cotidiano das crianças na instituição educativa e fazendo um comparativo com as leis vigentes estudadas, despertou o interesse para aprofundar os conhecimentos sobre a temática, visando também instigar cada vez mais pesquisas, auxiliando na luta para que o direito do brincar seja realmente efetivado nas práticas educativas.

1.1 Caminhos metodológicos da pesquisa

Na pesquisa aqui apresentada, foi adotada uma abordagem qualitativa, uma vez que envolve dados descritivos, considerando que nas pesquisas qualitativas os dados coletados são predominantemente descritivos, tendo como ponto de partida a análise do/ pesquisador/ e de sua compreensão do todo para reflexões sobre as possibilidades do que pode ser elucidado, pois, a descrição deve permitir um diálogo com o objeto (Silva, 2014).

No que concerne aos objetivos, a pesquisa configura-se como exploratória, visto que como aborda Gil (1989), as pesquisas exploratórias desenvolvem-se com o objetivo de proporcionar uma visão mais geral, mais próxima, sobre determinado fato. Ainda, caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de acordo com Gonçalves (2001), pois a pesquisa de campo visa alcançar informações de maneira direta com os indivíduos envolvidos, o que requer do/ pesquisador/a uma comunicação mais objetiva.

A pesquisa de campo se deu em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), localizado na zona sul da cidade de João Pessoa- PB, fundado em maio de 2017 pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. O CMEI atende crianças desde o berçário até o maternal II, funcionando no horário integral das 7h às 17h.

No que concerne ao ambiente físico, segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CMEI (2024) que se encontra em atualização, a unidade conta com um espaço de 2800 metros quadrados. Sua infraestrutura conta com playground, treze salas de referência climatizadas e quatro salas de referência adaptadas no pátio, pátio coberto, recepção, secretaria, diretoria, uma sala de atendimento educacional especializado (AEE), almoxarifado, banheiros, cozinha, despensa, copa, caixa d'água, lactário, parquinho, lavanderia e estacionamento. É válido ressaltar que no momento da pesquisa a instituição passa por uma reforma.

No que concerne ao levantamento de dados, foram utilizados a observação participante, durante um período de cinco semanas, uma vez que, como aborda Correia (1999), o/a pesquisador/a torna-se peça fundamental na coleta de dados adentrando profundamente no contexto no qual a pesquisa está sendo realizada. Como também foi aplicado um questionário, contendo questões abertas, com o objetivo de identificar os conhecimentos das professoras sobre o brincar nas práticas pedagógicas. Assim, os/as participantes da pesquisa foram os/as professores/as da Educação Infantil atuantes no CMEI.

No que se refere a análise dos dados foi utilizado como base a análise de conteúdo de Bardin (1977) dividindo-se em três etapas, sendo estas: pré-análise que consiste na escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final; exploração do material, que diz respeito a administração sistemática das decisões tomadas na etapa da pré-análise e, por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que faz referência a uma síntese e seleção dos resultados de modo interpretativo (Bardin, 1977).¹

Para apresentar a fundamentação teórica que orienta o estudo e os dados da pesquisa, a estrutura deste trabalho está organizada da seguinte forma: no segundo capítulo são abordadas algumas concepções sobre o brincar e sua contribuição para o desenvolvimento infantil, trazendo a perspectiva de Vygotsky e de outros autores de referência. No terceiro capítulo, é feito um estudo sobre os documentos legais que asseguram o brincar como direito da criança. O quarto capítulo faz um destaque sobre o papel do/a educador/a nas práticas pedagógicas da

¹ É válido pontuar que tendo como base a análise de conteúdo de Bardin (1977), como critério para análise das respostas obtidas no questionário de pesquisa foram selecionadas as respostas de acordo com a frequência com que se repetia, formando assim categorias para as análises.

Educação Infantil. No quinto capítulo, são apresentadas as análises decorrentes do questionário estruturado e das observações realizadas no campo de pesquisa, seguida das considerações finais, nas quais são feitas reflexões e recapitulação dos objetivos propostos inicialmente neste estudo.

2 O BRINCAR E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Neste capítulo será apresentada uma análise da influência do brincar no desenvolvimento infantil, considerando as contribuições de alguns teóricos que abordam aspectos cruciais a serem considerados e discutidos para a compreensão do desenvolvimento da criança, como também o papel que o brincar exerce nesse processo. Além disso, serão apresentados as leis e os documentos que apontam os direitos das crianças na Educação Infantil, sobretudo, o direito do brincar, reconhecido legalmente e presente em vários documentos e resoluções, tendo em vista que é garantido às crianças educação pública gratuita e de qualidade, respeitando seus estágios de desenvolvimento e suas especificidades, visando o desenvolvimento integral das crianças da Educação Infantil.

2.1 Desenvolvimento infantil na perspectiva de Vygotsky

O desenvolvimento infantil é parte crucial do desenvolvimento humano, um processo ativo e único de cada criança expresso por continuidade e modificações nas habilidades motoras, cognitivas, psicossociais e de linguagem, com aquisições progressivamente complexas nas funções da vida diária e no exercício de seu papel social. Desse modo, os anos iniciais da infância são decisivos neste desenvolvimento, que se constitui pela interação das características biopsicológicas e experiências oferecidas pelo meio ambiente (Souza; Veríssimo, 2015).

É possível notar que o desenvolvimento infantil tem intrínseca relação com o meio social no qual a criança está inserida. Diversos autores apresentam contribuições em relação ao desenvolvimento infantil, dentre estes o psicólogo Lev S. Vygotsky enfatiza algumas concepções pertinentes sobre o tema, para ele, o desenvolvimento psicológico das crianças deve considerar as relações sociais, as linguagens e os significados compartilhados dentro de uma cultura social, as funções mentais superiores surgem primeiramente, nas interações sociais e vão sendo internalizadas ao longo da vida.

O autor frisa sobre como a relação dinâmica entre fala e ação tem função relevante na história do desenvolvimento da criança, uma vez que demonstra a lógica da sua própria gênese. Desde os primórdios do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, dirigindo-se a objetivos

determinados, são refratadas através do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa, essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento enraizado nas ligações entre história individual e história social (Vygotsky, 1991). Além disso, o autor afirma que mesmo nos estágios mais precoces do desenvolvimento, linguagem e percepção estão totalmente ligadas.

Ademais, Vygotsky elenca implicações educacionais sobre o desenvolvimento da criança, apontando o fato de que aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o início da vida da criança (Vygotsky, 1991). Sendo assim, para elaborar as dimensões do aprendizado escolar ele aborda o conceito de zona de desenvolvimento proximal, definido como a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado por meio da solução de problemas sob a orientação de outra pessoa, ou seja, a zona de desenvolvimento proximal é a diferença entre o que uma criança pode fazer sozinha e o que ela pode fazer com a ajuda de alguém com mais experiência (Vygotsky, 1991).

Essa abordagem é benéfica para o campo educacional, visto que se pode entender o percurso interno do desenvolvimento das crianças, permitindo aos educadores delinear os ciclos e processos de maturação já alcançados por elas, e os que estão em processo de maturação, podendo, assim, também minimizar problemas educacionais.

Diante desse contexto, é imprescindível entender os estágios de desenvolvimento da criança, suas necessidades e incentivos capazes de estimular suas ações, vale ressaltar que um incentivo bastante presente no cotidiano das crianças é o brincar e a ação do brincar, os quais exercem função fundamental no seu desenvolvimento.

O brincar executa influência neste desenvolvimento, no brincar a criança cria uma situação imaginária, aprende a agir numa esfera cognitiva, o significado torna-se o ponto central e os objetos são remanejados de uma posição dominante para uma posição subordinada, no brincar, a criança opera com significados desvinculados dos objetos e ações aos quais estão habitualmente em vínculo, no entanto, incluem também ações e situações reais caracterizando assim, a natureza de transição da atividade do brincar (Vygotsky, 1991). Nessa perspectiva, entende-se que são vastos os estímulos do brincar no desenvolvimento da criança, “as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brincar, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade” (Vygotsky, 1991, p. 67).

Partindo desse viés, é importante fazer uma correlação sobre o conceito de zona de

desenvolvimento proximal, citado anteriormente, e a ação do brinquedo. De acordo com Vygotsky (1991, p. 69) “o brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança”, tendo em vista que no brinquedo a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento do cotidiano, no brinquedo há todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada.

Nessa perspectiva, frisa-se que a influência da brincadeira no desenvolvimento da criança é enorme, tendo em vista que, na brincadeira, a criança opera com objetos como sendo coisas que possuem sentido e opera com os significados das palavras, que substituem os objetos; por isso, ocorre a emancipação das palavras em relação aos objetos (Vygotsky, 2008).

Outrossim, destaca-se que na brincadeira a criança realiza desejos, já que está ligada a satisfação e, ao mesmo tempo, aprende a agir pela linha de resistência maior, ao se submeter a regras por exemplo, pois, a submissão às regras e a recusa à ação impulsiva imediata, na brincadeira, é o caminho para a satisfação máxima (Vygotsky, 2008), por isso, no brincar é possível obter as maiores satisfações da criança que, no futuro, poderão se transformar em sua moral.

Além de tudo, pode-se notar que na brincadeira a criança está sempre acima da média da sua idade e de seu comportamento cotidiano, por trás dela surge a ação num campo imaginário, a criação de uma intenção voluntária, a formação de um plano de vida, a criança é livre e submete suas ações a um determinado sentido, aprende a ter consciência de suas próprias ações e de que cada objeto tem um significado (Vygotsky, 2008). Analogamente, entende-se que são muitos os estímulos e benefícios do brincar no desenvolvimento infantil, sendo indispensável neste processo.

2.2 A influência do brincar no desenvolvimento da criança

É fundamental ressaltar a relevância do brincar no desenvolvimento infantil, considerando que é através dele que as crianças descobrem o mundo e inserem-se em um contexto social. Segundo Navarro (2009), é mediante o brincar que a criança explora o mundo e suas possibilidades, de maneira espontânea e divertida, desenvolvendo, assim, suas capacidades cognitivas, motoras e afetivas. De modo análogo, entende-se que é por meio do ato de brincar que a criança começa a aprender e desenvolver as potencialidades presentes na infância.

Nesta lógica, é necessário pontuar também que não deve-se generalizar o “brincar”,

uma vez que como elenca Dametto e Bragagnolo (2020) cada recorte evolutivo comporta formas específicas de construir brincadeiras e interagir com brinquedos, essas formas, têm íntima relação com o desenvolvimento das funções mentais da criança, logo, considerar esse aspecto é crucial, tendo em vista que o contexto social, as relações e interações estabelecidas com os objetos e com os sujeitos como defendido ao longo deste percurso, deve ser considerado nesse processo, havendo variações de experiências por parte das crianças.

Mas, em todas as experiências o brincar contribui para o transcurso da criança rumo ao autocontrole de sua ação, pela via da mediação cognitiva, ou seja, a criança migra de uma condição na qual está subordinada aos objetos externos em uma predominância da ação, quando bebê, para uma relação com objetos que possuem significados atribuídos pela criança pré-escolar e, por fim, um brincar perpassado por efetiva intencionalidade e dotado de um complexo sentido social, compactuado entre os pares, na criança em idade escolar (Dametto; Bragagnolo, 2020).

A criança, quando brinca, imagina em ação e cria, com um composto de elementos, reorganiza seu mundo, que por vezes, é ainda muito inexplorado, possibilita diversas apropriações no desenvolvimento infantil, como a aquisição da linguagem, da autonomia, os avanços no pensamento, a produção de cultura e vivência de situações que agradam e desafiam a novas descobertas (Dametto; Bragagnolo, 2020). Além de que, o brincar auxilia na aprendizagem, fazendo com que as crianças possam criar novos conceitos, construir, explorar, reinventar, refletir sobre sua realidade, expor seus sentimentos e desenvolver-se integralmente (Teixeira; Volpini, 2014).

Brincando com tintas, cores, sons, palavras, pincéis, imagens, rolos, água, exploram o mundo material e cultural ao seu redor, como também expressam e compartilham imaginários, sensações, sentimentos, fantasias, sonhos, ideias através de imagens e palavras (Barbosa, 2009). Ressalta-se que a compreensão do mundo da criança faz-se por meio das relações que ela estabelece, os objetos, as situações e pelo uso das diferentes linguagens expressivas.

Nessa mesma linha de pensamento, Barbosa e colaboradores (2011) apontam que, à medida que a criança está brincando, ela também está explorando e expandindo o real e, conseqüentemente, ampliando seu imaginário. Ao brincar ela se empenha da mesma forma quando está aprendendo a andar, falar, comer e entre outras diversas atividades, isto é, o esforço que a criança faz quando brinca é muito intenso e amplia as oportunidades de compreensão das suas próprias experiências.

Além disso, brincando a criança é capaz de representar a sua realidade,

desempenhando vários papéis sociais, como por exemplo, ao brincar de loja ela espontaneamente, realiza ações semelhantes a ação real de maneira simbólica e imaginária de situações vistas ou vivenciadas por ela. Assim, é através da brincadeira que a criança aprende a conhecer a si mesma e as pessoas que a cercam, suas relações e papéis sociais que assumem (Barbosa et al, 2011).

2.3 Criança e o direito ao brincar

O brincar é um fenômeno fundamental ao indivíduo, sobretudo às crianças, e diz respeito a um direito garantido por lei e preconizado pela Organização das Nações Unidas desde 1959. A Declaração Universal dos Direitos da Criança, documento internacional que promove os direitos das crianças, enfatiza que toda criança terá direito a brincar e a divertir-se, cabendo à sociedade e às autoridades públicas garantirem a ela o exercício pleno desse direito (Soares et al., 2023).

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 frisa sobre a proteção integral da criança e do adolescente, assegurando o direito ao lazer e, conseqüentemente, ao brincar, no seu artigo 227 que afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1988). Frisa-se que apesar do termo “brincar” não ser especificado no artigo, o lazer abrange atividades lúdicas que são fundamentais para o desenvolvimento infantil, afirmando, assim, a necessidade desse direito ser garantido.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, que goza de todos os direitos fundamentais à vida humana, dentre estes o direito ao lazer, à liberdade, à educação e ao desenvolvimento pleno, sendo o brincar essencial para sua efetivação, atrelando-se a dimensão de liberdade como apontado no artigo 16. Consoante a isso, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, também enfatiza o direito ao brincar perante as crianças, entendendo a infância como o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos (Brasil, 2016).

Nesse contexto, pontua-se ainda que a Educação Infantil, primeira etapa da educação que tem como objetivo a formação integral da criança, também é direito da criança, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394, promulgada em 20

de dezembro de 1996 que rege a educação brasileira (Brasil, 1996). Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil também apontam a brincadeira como um direito da criança, em seu artigo 8 afirma:

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (Brasil, 2009, p.2).

Diante do exposto, percebe-se a relevância da brincadeira presente na vida da criança, tendo em vista que contribui para a apropriação de conhecimentos e aprendizagens através de diversas linguagens, de modo a garantir os direitos fundamentais a vida das crianças, sendo dever das instituições de ensino inseri-los nos objetivos das suas propostas pedagógicas.

Visando a efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem, a educação integral, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo, a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança, o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades e deslocamentos e movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas (Brasil, 2009).

Para tanto, as práticas pedagógicas da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança, possibilidade de recriação, em contextos significativos para as crianças, possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar, incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza (Brasil, 2009).

Ademais, buscando também contribuir com a promoção de uma Educação Infantil de qualidade, o documento “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças” (2009) que trata das diretrizes a serem executadas pelas

Instituições de Educação Infantil, orientando as práticas, com o objetivo de garantir um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças enfatiza com clareza o direito à brincadeira.

O documento aborda que as crianças têm direito a brincadeira, sendo essencial que nas creches os brinquedos estejam disponíveis às crianças em todos os momentos e sejam guardados em locais de livre acesso às crianças, as rotinas da creche sejam flexíveis possam reservar períodos longos para as brincadeiras livres das crianças, as famílias recebam orientação sobre a importância das brincadeiras para o desenvolvimento infantil, as salas de referência estejam arrumadas de forma a facilitar brincadeiras espontâneas e interativas e os adultos proponham brincadeiras e espaços externos para tal (Campos, 2009).

Aponta ainda que a política de creche reconhece que as crianças têm direito à brincadeira, logo, o orçamento para creches prevê a compra e reposição de brinquedos, material para expressão artística e livros em quantidade e qualidade satisfatórias para o número de crianças e as faixas etárias, enfatizando que os brinquedos, os materiais e os livros são considerados como instrumento do direito à brincadeira e não como um presente excepcional, reconhecendo a importância da brincadeira e da literatura infantil para o desenvolvimento da criança (Campos, 2009).

Semelhantemente, o documento Práticas Cotidianas na Educação Infantil (2009) que tem como objetivo problematizar, inspirar e aperfeiçoar as práticas cotidianas feitas nos estabelecimentos educacionais de Educação Infantil, também frisa sobre a inserção e valorização do brincar se fazer presente na Educação Infantil, aborda que o respeito ao brincar e a brincadeira é uma das mais importantes funções da Educação Infantil, justamente, por ser a experiência inaugural de sentir o mundo e experimentar-se, de aprender a criar e inventar linguagens por meio do exercício lúdico da liberdade de expressão (Barbosa, 2009).

Tendo em vista que o brincar é sempre uma experiência criativa, nas práticas culturais que definem a atividade lúdica em cada brincadeira em particular, a criança pequena aprende brincando, assim, a presença de uma cultura lúdica torna possível o brincar como uma atividade cultural que supõe aprendizagens que a criança opera de modo singular em suas brincadeiras, sendo a brincadeira a cultura da infância (Barbosa, 2009). Vale salientar que toda cultura é um processo de relações, interações e transformações, o que significa dizer que a experiência lúdica tem que ser vivida e interpretada por cada criança de acordo com seu contexto.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta os currículos da Educação

Infantil, visando a garantia de experiências que possam favorecer o desenvolvimento integral das crianças, respeitando suas especificidades, para tanto, dentre os seis direitos de aprendizagem presentes na BNCC inclui-se o brincar, como fator indispensável para garantir uma educação de qualidade como assegurada. Barbosa (2011) faz uma reflexão sobre fatores que contribuem para uma educação de qualidade, destacando que:

Falar em qualidade na Educação Infantil, impõe refletir: na ampliação do acesso, na garantia da formação de professoras, nas condições de infra-estrutura, na proporção adulto-criança, na organização dos espaços, na proposta pedagógica, no atendimento compatível com as necessidades da família e da criança, na qualidade das relações que se dão no interior das instituições educacionais, e por fim, na dotação de recursos e mecanismos de controle social (Barbosa et al, 2011, p.25).

Portanto, analisa-se por meio de documentos e leis vigentes a criança como sujeito de direitos, sendo o brincar e a educação, sobretudo, a Educação Infantil, direitos inalienáveis e garantidos a ela, considerando o seu nível de importância para o desenvolvimento significativo, assim, “as instituições de Educação Infantil devem ter espaços adequados, dignos e sadios para o brincar” (Soares et al., 2023, p. 7). Conforme previsto nos documentos, as instituições precisam garantir espaços e momentos para a criança brincar e explorar de forma livre, como ser ativo, visando estimular o seu desenvolvimento, como também assegurar que os seus direitos sejam respeitados e efetivados na prática cotidiana.

3 O PAPEL DO/A PROFESSOR/A NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O BRINCAR

Neste capítulo será abordado o papel do/a educador/a nas práticas pedagógicas da Educação Infantil entendendo-o como fundamental neste processo, visto como mediador/a. Assim, inicialmente apresenta-se um diálogo acerca deste entendimento de mediação pedagógica por parte do/a educador/a e, sequencialmente, aponta-se um enfoque para a importância do brincar se fazer presente no planejamento das práticas educativas da Educação Infantil.

3.1 O educador/a como mediador/a das práticas pedagógicas

A infância é uma fase primordial no desenvolvimento do indivíduo, a brincadeira e o ato de brincar, muito presente neste período, exerce papel fundamental na Educação Infantil, etapa da educação que deve proporcionar uma variedade de experiências para as crianças com vistas a auxiliar no seu desenvolvimento de maneira eficaz, sendo fundamental a promoção de práticas pedagógicas que possam estimular este desenvolvimento. Desse modo, entendendo a importância do brincar neste processo, ressalta-se a relevância deste estar presente nas práticas pedagógicas cotidianas da Educação Infantil, visto que como aborda Wajskop (1995), a brincadeira pode ser uma das formas pelas quais a criança começa a aprender, espaço onde dá início a formação de seus processos de imaginação ativa, como também favorece a apropriação das funções e normas de comportamento social.

Dessa forma, considerar a relação da brincadeira com a Educação Infantil impõe uma reflexão sobre as atitudes e práticas educativas assumidas pelos/as profissionais da educação e implica a organização da rotina diária proposta nas creches e pré-escolas, assim, compete a esses profissionais a partir dos registros de observações, planejar, replanejar, diariamente, as atividades a serem desenvolvidas nas instituições, levando em conta as faixas etárias, os ritmos individuais e as condições sociais e culturais das crianças (Wajskop, 1995).

Partindo desse viés, é possível evidenciar que promover a garantia de contextos que ofereçam para as crianças a exploração de diferentes materiais e instrumentos através de suas brincadeiras, exige das instituições educacionais planejamento e organização de espaços com materiais lúdicos à disposição, sendo necessário disponibilizar brinquedos, objetos e materiais que possam ser transformados, além de áreas externas para as atividades, lugares desafiadores

para o desenvolvimento de brincadeiras, um ambiente que convide ao lúdico, as descobertas e que seja ao mesmo tempo seguro e confortável (Brasil, 2009). Logo, é primordial que o/a educador/a organize esses espaços para as crianças.

Além de que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta que parte do trabalho do professor/a é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e acompanhar as práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que possam promover o desenvolvimento pleno das crianças. Para tanto a BNCC (2018) aponta cinco campos de experiências para a Educação Infantil, os quais constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências do cotidiano das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, apontando, também, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com a faixa etária, respeitando o ritmo das crianças.

As aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes e, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, que são organizados reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários, sendo estes, bebês (zero a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) (Brasil, 2018).

Para tanto, a atuação do/a educador/a deve ter coerência com os objetivos propostos para esta etapa da educação que pode oferecer condições para aprendizagens, por meio das situações pedagógicas intencionais organizadas pelo/a professor/a, pois, a prática docente como uma intervenção necessária cria situações que possibilitam às crianças interagir, ampliando suas capacidades de apropriação dos conceitos e de aprendizagem através da comunicação, experimentação, reflexão e construção de objetos e brinquedos e, para isso, o/a educador/a tem um papel fundamental, tendo em vista que é considerado o/a mediador/a entre a criança e o objeto do conhecimento, organizando e propiciando espaços/tempos e oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, sua função é assegurar um ambiente rico, prazeroso e saudável com experiências educativas e sociais variadas (Lima et al., 2012).

O trabalho direto com o público da Educação Infantil exige do/a professor/a competências e habilidades polivalentes, logo, deve incluir uma pedagogia que respeite as crianças e sua diversidade, para que elas possam reencontrar sua própria identidade como ser humano, condizente com suas necessidades de desenvolvimento e crescimento pessoal e

social. Em vista disso, analisa-se que é tarefa do/a professor/a da Educação Infantil considerar como ponto de partida para suas práticas os conhecimentos prévios das crianças, advindos das experiências sociais, afetivas e cognitivas da sua trajetória e a partir disso, estabelecer estratégias didáticas (Lima et al., 2012).

Nesse sentido, avalia-se que o/a professor/a precisa planejar as atividades diárias, considerando que o planejamento tem múltiplas funções, contempla a intencionalidade de tornar as ações concretas e auxilia o/a educador/a na organização do espaço e dos materiais, sendo o/a professor/a o/a agente/a organizador/a que visa tornar a prática pedagógica viva e relacionada com o cotidiano da criança, buscando a participação de todos neste planejamento (Barbosa, 2011).

Além do mais, é importante frisar que as práticas pedagógicas precisam ser planejadas a partir das necessidades da criança, que deve ser considerada enquanto sujeito histórico social, autor da sua própria história, que detém conhecimentos, saberes, gostos, sabores, humores e que expressa seus sentimentos, possibilitando o desvelar do seu universo.

Dessa forma, compreende-se que o desenvolvimento das crianças resulta do conjunto de ações da práxis pedagógica, juntamente com as vivências formais e não formais construídas ao longo da vida. Analogamente, Lima e colaboradores (2012, p. 7) afirmam que “a prática pedagógica configura-se como uma ação coletiva, individual e interdisciplinar que exige dos sujeitos princípios, organização, conteúdos e diferentes abordagens no fenômeno educativo”. Isto é, trata-se de considerar as diferentes dimensões para nortear as estratégias pedagógicas, por meio de uma prática pedagógica dinâmica e humanizadora com um currículo que contemple a criança em desenvolvimento, os aspectos de ação mediadora nas interrelações entre a criança, o/a professor/a e seus familiares (Lima et al., 2012).

Contribuindo com esta vertente Barbosa (Barbosa et al, 2011) frisa que a Educação Infantil deve ter como suporte, propostas pedagógicas que considerem a criança como um ser completo em suas dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras e sociais, assim, a prática docente deve ter como ponto de partida uma concepção de criança enquanto ser histórico-social e ativo no processo de construção do conhecimento.

Partindo da visão das autoras, é possível refletir sobre práticas pedagógicas que levam em consideração o fato de as crianças estarem construindo suas identidades e experiências, produzindo cultura, sendo relevante a presença de uma educação que lhes ajude a incorporar os conhecimentos e as expressões simbólicas próprias da infância, por meio das múltiplas linguagens.

3.2 A relevância do brincar no planejamento das práticas pedagógicas

Precipuamente, frisa-se que a educação de qualidade é assegurada a todos, sendo fundamental que a instituição educacional possa organizar-se para melhor atender a este direito, destacando-se aqui a Educação Infantil, fase que requer um olhar e planejamento amplo por parte dos/as educadores/as, abordando práticas educacionais de qualidade, tendo a criança como o centro e agente ativo, por isso, “faz-se necessária uma educação diferenciada que impulse à criatividade, ao desenvolvimento de suas potencialidades tendo como suporte atividades lúdicas e jogos educativos” (Fernandes, 2013, p. 3). Assim, reafirma-se a importância da ludicidade se fazer presente nas práticas da Educação Infantil, como também a relevância do brincar inserir-se nelas, sendo uma estratégia poderosa na formação da personalidade integral da criança (Fernandes, 2013).

Entende-se a importância do planejamento, considerando que o ato de planejar representa uma ação política, uma decisão intencional que envolve a elaboração de ações que, consolidadas em um plano ou projeto, exigem dos indivíduos uma postura objetiva e subjetiva em relação a realidade a qual está inserido (Reis et al, 2024). Dessa forma, considera-se a importância do ato de planejar, sendo essencial para promover práticas pedagógicas de qualidade que possam considerar a realidade das crianças.

O/a professor/a, entendido/a como mediador/a, deve proporcionar diversas práticas educativas, visto que o processo de desenvolvimento e aprendizagem infantil implica oportunidades e situações educativas que vão além dos cuidados assistenciais. Desse modo, os objetivos que contemplam a Educação Infantil, precisam priorizar a amplitude de oportunidades que favoreçam esse processo, fundamentando-se no fato de que a criança é ativa na construção do seu conhecimento, que aprende por intermédio das ações, reflexões e interações com o adulto e com o ambiente (Fernandes, 2013). Para tanto, entende-se que o currículo escolar é um instrumento de apoio benéfico para organização dessas ações, orientando os/as professores/as, que precisam considerar a realidade das crianças como ponto de partida.

Vale salientar que a prática da organização pedagógica diária nas instituições de Educação Infantil, é fundamental para que a criança se sinta segura no lugar onde está e sobre aquilo que vai fazer, constituindo-se uma maneira de oportunizar a construção das noções temporais e de outras questões relacionadas ao conhecimento e forma de atuação da criança no mundo (Barbosa et al., 2011). Nesse sentido, para que essa jornada pedagógica diária seja

significativa, visando o desenvolvimento integral da criança, o/a professor/a precisa oferecer atividades diversificadas, considerando a faixa etária e as características das crianças com a qual está trabalhando, favorecendo também a exploração de conhecimentos de maneira prazerosa e significativa. Sendo a ludicidade essencial no planejamento, afirma-se que:

O profissional da educação infantil, tem como papel preponderante propiciar às crianças uma educação de qualidade que as ajudem a entender e superar a realidade em que vivem, criando no espaço escolar uma atmosfera democrática que respeite, valorize, promova a diversidade e que conduza ao bem estar emocional e físico das crianças, contribuindo para diminuir o alívio de suas tensões, receios e medos, encorajando-as a expressarem-se livremente suas expectativas, interesses e necessidades, fazendo uso das diferentes formas de linguagem. E ainda promovendo e estimulando a criatividade, curiosidade e o desenvolvimento da autonomia crítica, ética e social destas crianças, valorizando, partilhando e respeitando a brincadeira e a ludicidade, tão necessária para a constituição e a afirmação do sujeito criativo e fazedor da sua história. (Fernandes, 2013, p. 8).

Diante do exposto pela autora, reflete-se sobre a relevância de propiciar espaços e situações que possam desenvolver as diversas formas de linguagens, para tanto, é notável a pertinência do lúdico nas práticas, as atividades envolvendo jogos e brincadeiras com valor significativo e intencional, conduzem a interação, partilha e socialização de situações, favorecendo a aprendizagem.

Assim, é necessário um olhar aguçado por parte dos/as educadores/as sobre a criança, entendida como sujeito de direitos e agente ativo na sociedade, como também uma visão ampla sobre o brincar, visto como uma atividade potencializadora do desenvolvimento, que possibilita a criança ser capaz de ler o mundo adulto, opinando e criticando-o durante o seu processo (Barros, 2009). Afirma-se que é por meio das experiências vivenciadas que a criança se torna um ser ativo e crítico, sendo o brincar um meio potencializador para a formação pessoal e social das crianças. Em defesa também dessa abordagem, o autor Hermida (2007) frisa que:

Uma ferramenta muito importante e universal capaz de promover diversos aspectos do desenvolvimento infantil é a experiência do brincar, percebido por nós como uma condição imprescindível para a promoção de toda a potencialidade da criança. Se o educador acredita na importância do brincar, certamente encontrará mais prazer na sua prática cotidiana e entenderá melhor qual será o papel da Educação Infantil na sociedade contemporânea (Hermida, 2007, p. 231).

Consoante a isso, compreende-se que as atividades envolvendo o lúdico e as brincadeiras precisam ser livres, planejadas e refletidas, cabendo às instituições de ensino e aos/as professores/as apresentar propostas que integram os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais da criança, com destaque na presença do brincar, uma vez que, como aborda Fernandes (2013), o ato de brincar no ambiente educativo é um

meio de desenvolvimento educativo para a criança e os brinquedos possibilitam descobertas e a desafiam.

O brincar quando tem intenção pedagógica nos leva a refletir sobre a relevante função que o/a profissional da Educação Infantil tem a cumprir, pois, agir com intenção pedagógica é organizar a vivência de modo consciente, planejado e criativo, proporcionando ocasiões nas quais as crianças brinquem e, ao mesmo tempo, aprendam numa situação equilibrada entre a atuação do professor/a e a espontaneidade da criança visando o desenvolvimento.

Nesse contexto, considera-se que o brincar intencional no âmbito pedagógico favorece o desenvolvimento da criança, tendo em vista que o brincar é uma forma de atividade social infantil, na qual o aspecto imaginativo e diverso possibilita uma oportunidade educativa única para as crianças, uma vez que ao brincar elas podem explorar e construir sua realidade, através da imaginação, criando diferentes situações (Wajskop, 1995). Nesta perspectiva, pontua-se que na ação do brincar as crianças podem pensar e experienciar situações novas ou até mesmo do seu cotidiano de diferentes maneiras, apresentando vantagens sociais, cognitivas e afetivas no seu desenvolvimento.

Portanto, trabalhar atividades que favoreçam o envolvimento da criança em brincadeiras tem nítida função pedagógica, logo, as creches e pré-escolas devem oferecer um ambiente que estimule a comunicação verbal em todos os espaços e que pressupõe a construção do conhecimento através de estratégias que são próprias do mundo infantil, promovendo o desenvolvimento da criança (Barbosa et al, 2011). Além disso, tais instituições devem assegurar que as crianças se sintam acolhidas e ativas na construção do seu conhecimento, de maneira participativa e prazerosa, tendo liberdade para criar e inovar de maneira flexível, estimulando assim o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico.

4. O BRINCAR NO CMEI: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar os dados coletados, com a finalidade de responder os objetivos propostos inicialmente na pesquisa. Dessa forma, foi feita uma observação participante durante um período de tempo, como também foi aplicado um questionário estruturado com as professoras atuantes na Educação Infantil de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) localizado na zona sul do município de João Pessoa/PB, participaram da pesquisa 23 docentes do CMEI que estão identificadas neste capítulo como professores A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L e M, respectivamente.

Além disso, esse capítulo será dividido em dois tópicos, no primeiro será apresentado o perfil e características dos sujeitos da pesquisa e no segundo será feita uma análise sobre as respostas coletadas, refletindo sobre o entendimento dos(as) professores(a) sobre o brincar, o direito ao brincar, inserção do brincar no planejamento das práticas e o papel do educador (a) na prática da Educação Infantil, comparando as respostas das professoras com a prática vista no campo de pesquisa no período de observação.

4.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa

O perfil das participantes da pesquisa foi traçado a partir das respostas das treze docentes atuantes na Educação Infantil com turmas desde o berçário até o maternal II de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Todos os questionários foram respondidos de maneira individual (presencialmente) e à medida que respondiam às questões, as possíveis dúvidas já eram sanadas pela pesquisadora.

No que se refere à formação, doze docentes têm formação em Pedagogia e uma docente possui o Magistério. Todas têm mais de um ano de experiência na docência, com exceção de uma que apresenta apenas um ano de experiência. As participantes possuem entre 27 e 68 anos de idade.

Onze das treze docentes são prestadoras de serviço e duas não identificaram seu vínculo. Em relação ao nível de pós-graduação, quatro docentes possuem especialização e as demais possuem apenas a formação inicial, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Perfil das/os docentes

Professor	Idade	Formações	Tempo de docência	Tempo de docência (EI)	Vínculo empregatício
A	40 anos	Pedagogia	22 anos	22 anos	Não identificado
B	55 anos	Pedagogia	20 anos	20 anos	Não identificado
C	54 anos	Pedagogia	16 anos	16 anos	Prestadora de serviço
D	53 anos	Pedagogia	28 anos	28 anos	Prestadora de serviço
E	47 anos	Pedagogia	25 anos	12 anos	Prestadora de serviço
F	36 anos	Pedagogia (Especialização)	4 anos	4 anos	Prestadora de serviço
G	43 anos	Pedagogia (Magistério e especialização)	23 anos	4 anos	Prestadora de serviço
H	61 anos	Pedagogia	35 anos	35 anos	Prestadora de serviço
I	54 anos	Pedagogia	23 anos	23 anos	Prestadora de serviço
J	47 anos	Pedagogia (Especialização)	28 anos	18 anos	Prestadora de serviço
K	50 anos	Pedagogia	18 anos	18 anos	Prestadora de serviço
L	27 anos	Pedagogia (Especialização)	1 ano	1 ano	Prestadora de serviço
M	68 anos	Magistério	36 anos	20 anos	Prestadora de serviço

Fonte: Elaborado a partir das respostas das/os professores, 2025.

4.2 Análise e discussão das respostas obtidas no questionário de pesquisa

Neste subtítulo, apresenta-se a análise sobre as respostas das docentes ao questionário de pesquisa, como também uma análise sobre as observações feitas nas salas de referência do CMEI durante a observação participante.

Sendo assim, ao serem questionadas sobre o seu entendimento em relação ao brincar na Educação Infantil, a maioria das docentes relataram que o brincar é de grande relevância para a Educação Infantil, uma vez que contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, físicas, motoras, afetivas e sociais, vejamos o quadro abaixo:

Quadro 2 - Brincar e desenvolvimento infantil

Relevância do brincar para o desenvolvimento infantil	
Categoria	Respostas das professoras
Desenvolvimento de habilidades	<p>“É de grande importância, pois, através da brincadeira a criança vai desenvolver suas habilidades: físicas, sociais, emocionais, cognitivas e afetivas”. (Professora A, 2025)</p> <p>“Através do brincar é possível desenvolver diversas áreas do desenvolvimento infantil, trabalhando os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Dessa forma, o brincar é de suma importância para criança, pois através deste, a criança aprende e interage com seus pares.”. (Professora L, 2025).</p>

Fonte: Elaborado a partir das respostas dos(as) docentes, 2025.

Por meio das respostas elencadas, é possível perceber que a maioria dos(as) professores(as) entende a importância do brincar para o desenvolvimento infantil, com destaque em sua contribuição para o desenvolvimento das habilidades das crianças, como pode ser percebido nas respostas das professoras A e L.

Vale ressaltar que o entendimento abordado pelos(as) docentes vai ao encontro do que Navarro (2009) propõe, uma vez que o autor aponta que através do brincar a criança desenvolve suas capacidades cognitivas, motoras, afetivas, à medida que explora o mundo e suas possibilidades, como também assemelha-se ao pensamento de Vygotsky (2008) que aborda a influência benéfica do brincar e do brinquedo no desenvolvimento infantil e

considera a importância das interações das crianças que são essenciais para este desenvolvimento e que é possível por meio do brincar, semelhante a fala da professora L.

Diante desse contexto, é crucial fazer uma relação destes aportes teóricos e as falas das professoras sobre o brincar, com as observações feitas nas salas de referência, durante as observações foi possível ver na prática o quanto o brincar é benéfico para o desenvolvimento infantil, foi percebido que durante os momentos das brincadeiras as crianças desenvolvem bastante a imaginação, criatividade, interação e, conseqüentemente, a linguagem através dessa troca entre elas no momento de interação.

Isto foi bem percebido em uma das observações feitas na sala de referência de uma turma do berçário, na qual houve um momento do brincar livre, momento em que o estímulo da criatividade e imaginação das crianças foi bastante perceptível, “houve muitas variações nos tipos de brincadeiras por parte das crianças, explorando todos os materiais e brinquedos disponibilizados, como também interagindo com as outras crianças e com a professora L, a qual em um desses momentos do brincar livre, se dispôs a brincar com as crianças”, o que aumentou ainda mais a empolgação e enriqueceu este momento de aprendizado e desenvolvimento das habilidades das crianças (Diário de bordo, 19/03/2025).

A partir da vivência deste momento reflete-se sobre os apontamentos que a autora Navarro (2009) traz, ao elencar que há a necessidade de haver um tempo e espaço dedicado ao brincar para as crianças, momentos de socialização e exploração do mundo, considerando a importância disto para o público infantil. Logo, aponta-se que a professora L realiza em sua prática as considerações trazidas por Navarro (2009), ao estimular o brincar dedicando espaço e tempo livre para tal, como também atuando de maneira direta neste brincar com as crianças, o que de fato é crucial, pois, o(a) professor(a) é entendido como mediador, faz do brincar algo criativo e estimulante, tendo em vista que a forma como o brincar é mediado pelo contexto da instituição pode oportunizar diferentes aprendizagens para criança.

Além disso, visando identificar o conhecimento dos(as) professores(as) sobre o brincar como direito das crianças, no que tange a sua garantia perante os documentos e leis, como também sobre as políticas públicas vigentes, percebeu-se que a maioria das professoras conhece a legislação que garante o brincar como direito, destacando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como o mais conhecido e em contrapartida foi apontado os desafios ainda presentes sobre a eficácia das políticas públicas na prática, vejamos o quadro a seguir:

Quadro 3- Direito ao brincar

Direito e políticas públicas	
Categoria	Respostas das professoras
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	“ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente pela lei Federal nº 8.068 de 13 de Julho de 1990. Essa lei dá o direito de brincar das crianças”. (Professora K, 2025)
Desafios para concretização	“Acredito que ainda há desafios para garantir que o brincar seja uma prioridade na Educação Infantil (global)”. (Professora D, 2025)

Fonte: Elaborado a partir das respostas dos(as) professores(as), 2025.

Partindo das respostas dos(as) docentes pode-se notar que a maioria afirma ter conhecimento sobre a legislação relativa ao brincar, com destaque para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo o mais citado. É válido ressaltar que apenas uma das treze docentes citou algo diferente, elencando conhecer o tratado internacional que estabelece os direitos da criança, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, a professora D relatou: “A Convenção sobre os direitos da Criança adotada pela assembleia geral das Nações Unidas em 1989, reconhece o direito da criança ao lazer e ao brincar. O artigo 31.” (Professora D, 2025). Nesse contexto, pode-se refletir sobre a importância dos(as) educadores(as) conhecerem os documentos legais, sendo o primeiro passo para colocá-los em prática, visando assegurar os direitos das crianças, tendo a brincadeira como aspecto fundamental para o desenvolvimento integral da criança, como apontado no artigo 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009).

No entanto, apesar de haver esse reconhecimento e garantia de direitos foi apontado pelas docentes que ainda há desafios para que as políticas públicas sejam executadas na prática da Educação Infantil, como apontado pela professora D, destacada no quadro acima, e trazido também pela professora L que afirma: “Sim, o Brasil avançou muito neste aspecto, porém há ainda algumas limitações” (Professora L, 2025).

Frisa-se que tais desafios e limitações foram vistos no CMEI durante o período de observação, a começar pela estrutura da unidade, pois, foi observado que o revestimento do piso do parque é constituído de cimento, o que se torna inadequado para o ambiente destinado ao lazer e ao brincar das crianças (Diário de bordo, 17/03/2025), dificultando que as crianças possam usufruir do seu direito de brincar com segurança.

Esta limitação também foi observada no campo em um dos dias de observação, “ a professora C levou as crianças para o parque após a vivência para haver o momento do brincar livre, as crianças gostaram e se divertiram bastante neste momento, porém, o nível de insegurança no parque é perceptível, uma das crianças chegou a se machucar no momento da brincadeira e a professora C comentou sobre se sentir insegura de levar as crianças para o parque devido a isso, deixando que as crianças pudessem brincar apenas por alguns minutos e com muita supervisão e cuidado por parte dela e das auxiliares e cuidadoras” (Diário de bordo, 28/03/2025).

Diante dessa observação, reflete-se que tal fato é uma barreira para a garantia do direito da criança ao lazer e ao brincar, tendo em vista que na prática ocorre o contrário do que os documentos apontam, o documento “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças” (2009), por exemplo, frisa que a política de creche reconhece que as crianças têm direito a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante e que as creches devem dispor de espaços externos sombreados, sem entulho, lixo, ou outras situações que ofereçam perigo às crianças (Campos, 2009). No entanto, o que ocorreu na situação do ambiente externo do CMEI é o oposto do que o documento aponta, contribuindo, assim, para barreiras na garantia de que as políticas públicas realmente sejam efetivadas na prática da Educação Infantil.

Além disso, este documento traz que as crianças têm direito a ter acesso aos brinquedos em todos os momentos e que as salas onde as crianças ficam, sejam arrumadas de forma a facilitar brincadeiras espontâneas e interativas (Campos, 2009). Conquanto, o cenário visto na maioria das salas de referência do CMEI foi o contrário disto, visto que das treze salas observadas, dez delas não tinham brinquedos à disposição das crianças em todos os momentos, permanecendo sempre guardados nos armários ou locais fechados. Logo, as crianças só podiam ter o acesso aos brinquedos quando as professoras permitiam e a escolha dos brinquedos era por parte das professoras e não das crianças (Diário de bordo, 2025).

Fato este lamentável, considerando que limita a exploração dos materiais e brinquedos por parte das crianças, limitando também o tempo para o brincar, minimizando o desenvolvimento da autonomia e oportunidade de escolha das crianças, pois, não basta ter uma diversidade de materiais e brinquedos, é necessário que estes, sejam explorados e disponibilizados para as crianças, de modo que possam auxiliar no seu processo de desenvolvimento.

Ademais, no que se refere ao planejamento pedagógico da instituição obteve-se resultados positivos, ao serem questionadas sobre a inserção do brincar no planejamento e o

nível de dificuldade para isso todos(as) os(as) docentes afirmaram que o brincar é inserido no planejamento, além de não haver dificuldades para esta inserção segundo elas, como veremos no quadro a seguir:

Quadro 4- Planejamento e o brincar

Planejamento	
Categoria	Respostas das professoras
Inserção do brincar no planejamento	<p>“Aqui no CMEI no nosso planejamento incluímos o brincar, é um direito da aprendizagem e desenvolvimento na Educação infantil”. (Professora K, 2025)</p> <p>“Sim, o brincar deve ser inserido no planejamento das práticas educativas, pois, é uma estratégia pedagógica que auxilia no desenvolvimento integral da criança”. (Professora I, 2025).</p> <p>“Há diversidades (legos education, jogos educativos, brinquedos, encaixes, boliches, mesa digital, parque e entre outros” (Professora D, 2025).</p>

Fonte: Elaborado a partir das respostas dos(as) professores(as), 2025.

Como observado no quadro acima, todos(as) os(as) educadores(as) relataram inserir o brincar no planejamento, reforçando a importância disso para o desenvolvimento da criança como traz as professoras K e I em suas falas. Conseqüentemente, não apresentam dificuldades para inseri-lo, o que é essencial, pois como aborda Fernandes (2013):

O brincar é essencial à criança. Revela-se de diversas formas, buscando maneiras, contextos, símbolos, objetos, movimentos reveladores do sujeito que nos habita. Constitui o auxílio na boa formação infantil, nos aspectos emocionais, intelectual, social e físico. O brincar faz parte da vida e, ao oferecermos à criança a possibilidade de brincar, oferecemos muito mais do que o ato em si mesmo, visível aos olhos. (Fernandes, 2013, p. 5)

De modo análogo, entende-se que é indispensável propiciar oportunidades e momentos dedicados ao brincar, tendo em vista os inúmeros benefícios que ocasionam para a criança. Logo, dedicar espaços para este brincar no planejamento, como abordado pelos (as) docentes ao compartilhar sua prática, é extremamente necessário, garantindo espaços e momentos tanto para o brincar livre, quanto para o brincar planejado, além de disponibilizar materiais e brinquedos para tal.

De fato, no período de observação foi visto que há uma diversidade em materiais didáticos, brinquedos e jogos no CMEI disponíveis para o trabalho com as crianças, como também foi relatado pelas professoras ao falar sobre os elementos que são disponibilizados para as crianças brincarem, como afirmou a professora D no quadro 4.

Percebeu-se que há um tempo dedicado ao brincar livre após a vivência na maioria das turmas observadas. Verificou-se que sempre é entregue o Lego Education ou outros brinquedos de montar para as crianças das turmas de maternal I e II que permanecem sentadas nas cadeiras brincando com as peças entregues pelas docentes. Já nas turmas do berçário são disponibilizados para as crianças brinquedos variados como piscina de bolinha, bonecos, bolas, peças etc. Em relação a brincadeiras na área externa ou no parque, só foi observado em uma das salas de referência (Diário de bordo, 2025).

Vale ressaltar que o planejamento é feito semanalmente com a presença de todas as professoras, a supervisora pedagógica e a gestora da instituição, sendo geral para todas as turmas, mas flexível a faixa etária das crianças. Analisa-se que é fundamental a frequente realização de planejamento para que seja possível organizar e realizar uma educação de qualidade, considerando a criança como o centro e suas especificidades, sendo essencial a presença do brincar e de práticas lúdicas como aborda Fernandes (2013).

Ao serem questionados(as) sobre o seu papel enquanto educadoras nas práticas pedagógicas da Educação Infantil as docentes trouxeram que atuam como mediadoras nesse processo, vejamos o quadro abaixo:

Quadro 5- Papel do professor(a) e práticas educativas

Papel do professor (a) nas práticas pedagógicas	
Categoria	Resposta da professora
Professor(a) como mediador	O professor é mediador dos processos. Sabendo da importância do brincar para educação infantil e desenvolvimento das crianças é necessário que o professor interaja com as crianças de maneira lúdica e dinâmica, uma dessas formas é por meio das brincadeiras. (Professora L, 2025)

Fonte: Elaborado a partir das respostas dos(as) professores(as), 2025.

Diante da resposta em destaque, é possível apontar que elas elencam a importância do professor(a) atuar como mediador das práticas educativas de maneira direta com interações e práticas lúdicas, utilizando a brincadeira como uma aliada nesse processo, já que é um

diferencial para o desenvolvimento da criança, semelhante ao que a BNCC (2018) traz ao afirmar que é parte do trabalho do(a) professor(a) atuar como mediador, acompanhando as práticas e interações, de modo a garantir situações plurais que são capazes de auxiliar no desenvolvimento integral da criança.

Durante o período de observação nas salas de referência, notou-se que a maioria das vivências envolve contação de histórias utilizando caixa tátil, fantoches e materiais didáticos que possam representar alguma semelhança com a história contada. Geralmente as professoras deixavam as crianças manusearem os materiais utilizados na vivência. Ao observar a vivência da professora K foi notado isto, visto que ela fez a contação de uma história relacionada a alimentação saudável, utilizando fantoches que representavam as frutas e verduras, à medida que contava a história, orientava que as crianças também pudessem manusear o fantoche e fazia perguntas incentivando a participação das crianças, o que fez com que as crianças prestassem mais atenção e pudessem interagir e participar de maneira ativa, desenvolvendo a imaginação, atenção e criatividade das crianças (Diário de bordo, 26/03/2025). Logo, frisa-se que a mediação feita pela docente foi essencial nesse momento atuando como uma facilitadora.

De modo semelhante, a professora B, em uma vivência sobre a família, atuou como mediadora e facilitadora do processo, tendo em vista que para a vivência ela colou na parede da sala fotos impressas da família dela, como também da família da auxiliar e cuidadoras presentes na sala e foi interagindo com as crianças sobre essas fotos, relacionando ao tema. As crianças interagiram bastante, reconhecendo a presença da professora, auxiliar e cuidadoras nas fotos, mostrando-se curiosas sobre quem seriam as demais pessoas presentes nas fotos. Após a observação das fotos, a professora orientou que as crianças pudessem falar sobre a composição de suas famílias, com quem elas moram etc. Todas participaram, se mostrando empolgadas com a vivência e atuando ativamente, por meio da mediação da professora (Diário de bordo, 01/04/2025).

Sendo assim, a partir das observações feitas e relatadas acima pode-se verificar que as educadoras apresentaram papel fundamental, atuando como mediadoras entre a criança e o objeto do conhecimento, organizando e possibilitando ocasiões de aprendizagem e desenvolvimento de maneira prazerosa com variação de vivências educativas, como aborda Lima et al (2012). Reflete-se ainda, sobre como as práticas de contação de história e uso de fantoches podem ser vistas como formas de interagir e brincar que promovem a expressão emocional, a interação social entre as crianças durante as atividades e o desenvolvimento de habilidades linguísticas e cognitivas por meio da narrativa e mediação.

É importante pontuar também sobre o envolvimento e mediação das professoras durante as brincadeiras livres e dirigidas, foi percebido que geralmente após as vivências há o momento dedicado ao brincar e que algumas professoras se envolvem nas brincadeiras com as crianças, foi possível presenciar este momento com seis professoras, apesar de todas terem relatado que brincam com as crianças nas respostas do questionário (Diário de bordo, 2025).

Diante dessa observação, foi perceptível o quanto as crianças se empolgam com a participação das professoras no momento do brincar, como também foi relatado por uma das professoras que as crianças se envolvem bastante quando canta, dança e brinca com elas, relatando também que esses momentos são necessários para estimular o desenvolvimento das crianças, indo ao encontro do pensamento de Wajskop (1995) ao trazer que a brincadeira pode ser um estímulo para a aprendizagem das crianças, dando início a formação dos seus processos de imaginação ativa e favorecendo a apropriação das funções e preceitos de comportamento social. Logo, ao brincar com as crianças o(a) professor(a) também atua como mediador de aprendizagem e estimula o aprendizado e desenvolvimento das crianças.

Ao refletir sobre experiências exitosas com o brincar em sua prática como professora ao responder o questionário de pesquisa, a professora A apontou: “Gosto muito das vivências intencionais através das brincadeiras, mas meus olhos brilham com as brincadeiras livres, pois estimula a criatividade e socialização de forma natural. Amo ver quando meus bebês se locomovem até o espelho ou caixa literária, olham para mim e sorriem, como se estivessem comemorando a conquista de terem chegado lá e um convite para brincar também. Depois os outros também se esforçam para chegar nos mesmos espaços” (Professora A, 2025). Partindo da fala da professora, percebe-se o quanto o brincar é indispensável para a criança, como também é notável a importância do(a) professor(a) como mediador(a) do brincar e das práticas educativas.

Diante do exposto, analisa-se que as docentes possuem conhecimentos sobre a importância do brincar para as crianças, o reconhecem como um direito garantido pela legislação e que deve se fazer presente no planejamento das práticas educacionais, como também se entendem como mediadoras na prática da Educação Infantil. No entanto, infelizmente, isto ainda não é o suficiente para que este direito seja efetivado na prática. Ainda há barreiras para que isto aconteça, como foi visto nas respostas das professoras e nas observações feitas durante a pesquisa, pois foi possível verificar que há falhas tanto nas práticas docentes, quanto na efetivação de políticas públicas de qualidade que garantam segurança, respeito e igualdade para todas as crianças na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de analisar o brincar como um direito da criança na Educação Infantil a partir da legislação em vigor e das práticas pedagógicas dos(as) docentes, dividindo-se em três objetivos específicos, sendo estes: compreender o brincar como direito assegurado pela legislação brasileira; identificar os conhecimentos das professoras sobre o brincar e como é abordado em sua prática pedagógica e verificar como ocorre o brincar nas práticas pedagógicas, a partir de observações feitas no cotidiano das vivências na Educação Infantil.

Quanto ao primeiro objetivo específico foi possível identificar que o direito ao brincar é assegurado por vários documentos internacionais, leis e documentos orientadores nacionais como a Constituição Federal de 1988, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e entre outros documentos.

Notou-se que as professoras têm um conhecimento, mesmo que pouco, sobre a legislação referente ao brincar como um direito das crianças, conhecendo alguns dos documentos citados anteriormente, e relatando em suas falas a importância do brincar se fazer presente na Educação Infantil, já que é fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades das crianças, contribuindo para seu desenvolvimento integral. Logo, inserir o brincar nas práticas pedagógicas torna-se necessário, como abordado pelos(as) professores(as) e também observado na prática vista no CMEI.

A partir dos dados foi possível perceber que o brincar é inserido no planejamento das práticas pedagógicas, entendido como momento indispensável, no qual as professoras atuam diretamente como mediadoras do processo, seja nas vivências ou no momento do brincar livre ou dirigido que também faz parte da vivência, segundo o planejamento organizado pelos(as) professores (as). Fato este crucial, uma vez que a mediação docente é muito benéfica para o desenvolvimento das crianças, as quais tem o/a professor/a como adulto referência.

No entanto, verificou-se, tanto nas falas dos (as) professores(as), quanto nas observações que, apesar de haver muitas leis e documentos que garantem o brincar como direito da criança, ainda há desafios para que este direito seja efetivado na prática cotidiana da Educação Infantil, estendendo-se desde a infraestrutura do CMEI e das salas de referência, até a prática profissional realizada pelos(as) docentes com as crianças, o que faz com que o direito da criança seja violado, contrariando os apontamentos do Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA) que trata sobre os direitos fundamentais para a vida humana, citando a educação e o desenvolvimento pleno, entendendo o brincar atrelado a dimensão da liberdade, como indispensável. Como também contribuindo para que a Educação Infantil não seja ofertada com qualidade visando a formação integral das crianças, como assegura a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394 (Brasil, 1996).

Portanto, finaliza-se a pesquisa aqui apresentada apontando que ela não se esgota neste trabalho, tendo em vista que pesquisar sobre a Educação Infantil e o brincar como direito é desafiador e abre oportunidades para que a luta dos direitos humanos seja constante, logo, pesquisar sobre esses direitos, a fim de analisar se realmente há sua efetivação, pode ser o primeiro passo para reivindicá-los, além de que possibilita o surgimento de novos questionamentos para estudos futuros, tais como: os principais desafios para que o direito ao brincar seja efetivado na prática; a insuficiência das políticas públicas para a Educação Infantil; o que falta para garantir uma Educação Infantil de qualidade que respeite e garanta todos os direitos das crianças, visando seu desenvolvimento integral, entre outros.

Por fim, frisa-se que a garantia do direito ao brincar perpassa por muitos aspectos e indivíduos, sendo necessário primeiramente o conhecimento e reconhecimento deste por parte de toda a comunidade escolar até a família, para assim buscar formas de efetivá-lo, entendendo sempre a criança como sujeito ativo e crítico, como centro no seu processo de desenvolvimento. Além disso, há a necessidade de obter oportunidades e condições para que seja possível colocar este direito em prática, como garantido na legislação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. **Cadê o brincar?:** da educação infantil para o ensino fundamental. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

BARBOSA, Rita Cristiana; AFONSO, Maria Aparecida Valentim (Ed.). **Educação infantil:** das práticas pedagógicas às políticas públicas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular (BNCC).** Brasília-DF: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 8.069/90,** de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação **Resolução n. 5,** de 17 de dezembro de 2009. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9394/96,** de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Maria Malta. **Esta creche respeita criança: critérios para a unidade creche.** In: CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Críticos para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** 6 ed. Brasília: MEC/SEB, 2009, p. 11-28.

CORREIA, Maria da Conceição Batista (1999). A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem,** 13(2), 30-36.

DAMETTO, Jarbas; BRAGAGNOLO, Adriana. O brinquedo e o brincar: apontamentos vigotskianos. **Revista Linhas.** Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 363-380, jan./abr. 2020.

FERNANDES, Valdirlene de Jesus Lopes. A ludicidade nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da EDUVALE-ISSN,** v. 6283, p. 2013, 1806.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1989.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Alínea, 2001.

HERMIDA, Jorge Fernando. **Educação Infantil: políticas e fundamentos**. Editora Universitária UFPB, 2007.

LIMA, Rita Carla; SÉRGIO, Maria Cândida; DE SOUZA, Adriana Cristina. A prática docente do professor da educação infantil: Contribuições para o desenvolvimento das crianças. **Revista e-Curriculum**, v. 8, n. 1, p. 1-24, 2012.

NAVARRO, Mariana Stoeterau. O brincar na educação infantil. In: **IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. 2009. p. 2.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959.

REIS, Iraíldes Maria Barbosa et al. PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: CONCEITOS, CONTRIBUIÇÕES E EFICÁCIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 4, p. 2009-2021, 2024.

TEIXEIRA, Héliça Carla, VOLPINI, Maria Neli. A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 2014; 1(1): 76-88.

SILVA, Wilker Solidade da. A pesquisa qualitativa em educação. **Horizontes-Revista de Educação**, v. 2, n. 3, p. 97-105, 2014.

SOUZA, Juliana Martins de; VERÍSSIMO, Maria de La Ó. Ramallo. Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 23, p. 1097-1104, 2015.

VIGOTSKI, Lev S. A brincadeira e seu papel psíquico no desenvolvimento da criança. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (Programa de engenharia de Produção da COPPE/UFRJ). p. 23-36, junho de 2008. (Tradução de Zoia Prestes).

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente - o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WAJSKOP, Gisela. O brincar na educação infantil. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 92, p. 62-69, fev.1995.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Professor(a),

Esta é uma pesquisa sobre o brincar como direito da criança na Educação Infantil e será desenvolvida por Carla Geane Vilar de Andrade, estudante do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim.

O objetivo da pesquisa é analisar o brincar como direito a ser garantido na Educação Infantil a partir da legislação em vigor e das práticas pedagógicas das professoras.

Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa respondendo ao questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicações da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. E informamos que a pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos envolvidos no estudo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa do estudo.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a), concordo em participar da pesquisa e dou o meu consentimento para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia do documento.

Local e data: _____

Nome completo do(a) Participante: _____

Assinatura do(a) Participante: _____

RG: _____

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora responsável: Carla Geane Vilar de Andrade

APÊNDICE 2**Universidade Federal da Paraíba****Centro de Educação****Curso de Pedagogia****Questionário de Pesquisa – Professoras de Educação Infantil****Parte I – Perfil**

Nome: _____

Idade: _____

Formação inicial: _____

Pós-graduação: () Especialização () Mestrado () Doutorado () Outros: Se outros, quais?

Tempo de docência: _____

Tempo de docência na Educação Infantil: _____

Vínculo empregatício: _____

Parte II - Questões

1. Para você, qual a importância do brincar no desenvolvimento infantil? Justifique:

2. Como você compreende o brincar como um direito da criança?

3. Você conhece os documentos e leis que asseguram o brincar como direito da criança? Quais?

4. Para você, as políticas públicas são adequadas para garantir o brincar como direito da criança na Educação Infantil? Explique:

5. O brincar é inserido no planejamento das suas práticas educativas?

6. Qual seu papel enquanto educador/a nas práticas pedagógicas da Educação Infantil? Você brinca com as crianças?

7. Quais elementos são disponibilizados para as crianças brincarem?

8. Há espaço e tempo dedicado ao brincar livre?

9. O ambiente está estruturado para proporcionar às crianças um espaço adequado para as brincadeiras?

10. Você enfrenta dificuldades para inserir o brincar no planejamento das vivências, se sim, quais?

11. Relate um pouco sobre as experiências positivas com o brincar em sua prática como professora.

ANEXOS

ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA



Secretaria de Educação e Cultura

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos, para os devidos fins, que concordamos que a estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, **Carla Geane Vilar de Andrade**, desenvolva no **CMEI Arthur Antônio Belarmino**, seu projeto de pesquisa como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, intitulado: **“O BRINCAR COMO DIREITO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL”**, sob a orientação da Profª Dra. Ana Luisa Nogueira de Amorim. O projeto tem como **objetivo geral**: Analisar o brincar como um direito da criança na Educação Infantil a partir da legislação em vigor e das práticas pedagógicas das professoras. **Objetivos específicos**: Compreender o brincar como direito assegurado pela legislação brasileira; identificar os conhecimentos das professoras sobre o brincar e como é abordado em sua prática pedagógica; verificar como ocorre o brincar nas práticas pedagógicas, a partir de observações feitas no cotidiano das vivências na educação infantil. Destacamos que a autorização está condicionada ao comprometimento do(a) pesquisador(a) em utilizar os dados e materiais coletados exclusivamente para fins da pesquisa.

João Pessoa, 14 de março de 2025.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Clévia Suyene Cunha de Carvalho".

Clévia Suyene Cunha de Carvalho

Diretora de Ensino, Gestão e Escola de Formação